

PÁG 2 Lugar de jabuti é na floresta: em reunião com Senador Marcos Rogério, entidades pedem a retirada dos jabutis da MP da Eletrobras

PÁG 5 Com 104 associadas, Abraceel se une em torno da campanha “Quero Energia Barata”

PÁG 9 MP da Eletrobras é tema da Sexta Livre com Rodrigo Limp

PÁG 10 “MP da Eletrobras viola princípios de mercado”, diz Abraceel em reunião com Ministério da Economia

PÁG 12 Maior armazenamento e preço mais caro: CPAMP propõe mudanças nos modelos para 2022

PÁG 15 MME acata proposta da Abraceel sobre leilão de capacidade, mas traz inflexibilidade de brinde

PÁG 19 Mais uma vitória: Decreto da nova lei do gás avança rumo à abertura do mercado

PÁG 21 Abraceel permanece em busca de aprimoramentos no processo de migração

PÁG 23 Errar é humano. Permanecer no erro é cultura do setor elétrico

PÁG 25 Curtas

PÁG 27 Próxima semana

PÁG 28 Calendário Abraceel

Clique ou toque no nome da seção para ir diretamente à página!

As informações contidas no nosso relatório semanal são produzidas com exclusividade para o nosso associado.

Valorize o seu conteúdo! Evite a distribuição indevida ao público externo.

Lugar de jabuti é na floresta: em reunião com Senador Marcos Rogério, entidades pedem a retirada dos jabutis da MP da Eletrobras

Matéria em 1 minuto

- Associações do setor enfatizaram que as mudanças promovidas na Câmara introduziram preocupantes disposições não relacionadas ao objeto da desestatização da Eletrobras;
- Destaque para a compra compulsória de termelétricas em regiões específicas e a reserva de mercado para PCHs;
- Marcos Rogério destacou que não fará um relatório que expresse a vontade unilateral do Senado e que está atento ao cenário energético atual.



Tempo de leitura:
4 minutos

No dia 07.06, entidades setoriais se reuniram com o Senador Marcos Rogério (DEM-RO) para debater os impactos do projeto de lei de capitalização da Eletrobras. Participaram do encontro representantes do grupo de associações do setor elétrico, Movimento União Pela Energia, Fórum do Gás, IBP e Idec. A Abraceel foi representada por Bernardo Sicsú, que falou em nome do Fórum do Gás.

Mário Menel, representando um grupo de dez associações do setor elétrico (Abiape, Abrace, Apine, Abradee, Abeeólica, Absolar, Anace, Abdan, Abemi e Abraceel), destacou o alinhamento dos participantes em torno do texto original da Medida Provisória 1031. Ressaltou que as mudanças promovidas na Câmara introduziram preocupantes disposições não relacionadas ao objeto da desestatização da Eletrobras.

Em seguida, Paulo Pedrosa, representando o movimento União Pela Energia, mencionou os principais pontos de preocupação no texto enviado ao Senado, com destaque para a compra compulsória de termelétricas em regiões específicas e a reserva de mercado para PCHs, propostas que interferem no planejamento e na competição do setor. As preocupações foram acompanhadas por outros representantes presentes.



Representando o Fórum do Gás, Bernardo Sicsú ressaltou que a contratação compulsória de termelétricas em regiões específicas é um retrocesso não apenas no processo de abertura e modernização do mercado de energia elétrica, mas também na criação do novo mercado de gás, pois coloca em risco a escolha econômica



de projetos com a imposição de uma lógica antimercado. Nesse modelo, perdem todos os consumidores, que pagarão o custo mais alto por projetos que são compulsórios e não, necessariamente, econômicos, originários de uma reserva de mercado instituída em lei.

Após ouvir atentamente todas as manifestações, o senador Marcos Rogério agradeceu as manifestações e ressaltou que tem buscado ouvir parlamentares, entidades e especialistas para poder elaborar seu parecer. O senador também tem prospectado os impactos das propostas junto à Aneel e MME em razão da existência de “muitos números desencontrados”.



Ao final, Marcos Rogério destacou que precisa pautar o projeto com tempo hábil para que a Câmara possa confirmar as mudanças e que não fará um relatório que expresse a vontade unilateral do Senado, pois há risco de rejeição das emendas ou caducidade da matéria. Assim, ponderou que está a par dos pleitos que estão sendo apresentados, mas que também tem preocupação com o cenário energético atual.

Quanto custa um jabuti no setor elétrico?

Nos dias 06 e 07, a Abraceel, em conjunto com outras associações do setor, se reuniu com a assessoria do Senador Marcos Rogério para apresentar, em detalhes, a análise dos impactos do texto aprovado na Câmara dos Deputados. Os encontros serviram para detalhar as premissas utilizadas e esclarecer dúvidas, principalmente diante dos números que foram veiculados na mídia. A assessoria do senador agradeceu os encontros e informou que levaria a análise e explicações para conhecimento do senador.

Contratação de Termelétricas

Para suprimento de gás natural, considerou-se o atendimento por uma mesma fonte de molécula (gás do pré-sal) que utilizaria a malha atual até o porto de saída de São Carlos (SP) para a termelétrica de Brasília. Para as termelétricas de Teresina e Marabá, o ponto de saída da malha atual seria Pecém (CE). A partir destes pontos de saída foram utilizados traçados de projetos de gasodutos autorizados.

Para estimativa dos investimentos, utilizou-se valores típicos de investimento em gasodutos para distâncias e vazões adequadas aos empreendimentos termelétricos. Para estimativa do custo de transporte de cada trecho utilizou-se WACC de 8%, vida útil de 20 anos, câmbio USD/BRL de R\$ 5,3, sem custo com ociosidade.

Gasoduto	Percurso (km)	Vazão (MMm3/dia)	Custo de Transporte (US\$/MMBtu)
São Carlos - Brasília	893	10	1,6
Pecém - Teresina	855	14	1,5
Teresina-Imperatriz	458	10	0,8
Imperatriz - Marabá	204	10	0,4

Para conversão do custo de transporte utilizou-se poder calorífico de 6,319 MMBtu/MWh, característico de térmicas com ciclo combinado. E para obtenção do acréscimo de Receita Fixa correspondente ao custo de transporte utilizou-se fator de perdas e consumo interno de 5% e alíquotas de PIS/COFINS (9,25%), ICMIS (12%) e P&D (1%).

Para estimativa do custo da infraestrutura de transporte foi considerado o fator de capacidade de 90% (Ship-or-Pay). VPL do Custo adicionado @ 8% para os 15 anos de operação de R\$ 33,2 bi.

Termelétrica	Operação	Transporte (US\$/MMBtu)	Acréscimo de Receita Fixa (R\$/MWh)	Custo Infraestrutura GN (R\$ milhões/ano)
Teresina	2026	1,5	68	533
Brasília	2027	1,6	72	1.411
Marabá	2028	2,7	121	2.379

Para o escoamento da energia a ser produzida nestas localidades utilizou-se valores típicos de custos das linhas de transmissão de acordo com a distância e potência a ser transportada. VPL do Custo adicionado @ 8% para os 30 anos de concessão de R\$ 6 bi.

Termelétrica	Percurso (km)	RAP (R\$ milhões/ano)
Teresina	2.314	184
Brasília	792	N/A
Marabá	2.061	409

Custo adicionado pelo texto da Câmara aos consumidores
R\$ 39,2 bi (VPL @ 8%)



O mercado livre, assim como o brasileiro, não desiste nunca

Em mais uma agenda com o senador Marcos Rogério, dessa vez Reginaldo Meireiros esteve com o ex-deputado Fábio Garcia, que relatou o projeto da portabilidade na Câmara (PL 1917/2015), para defender a pauta do mercado livre na MP 1031. Reforçou que o texto aprovado na Câmara contém medidas que contrariam as diretrizes de mercado sinalizadas pelo Governo. Defendeu a repartição isonômica dos recursos da CDE oriundos do bônus de outorga, mas, de acordo com o relator, esse pleito tem pouca chance de ser modificado no Senado. Em tempo, Reginaldo defendeu a abertura do mercado de energia como uma via positiva diante de tanto retrocesso.

Com 104 associadas, Abraceel se une em torno da campanha “Quero Energia Barata”

Matéria em 1 minuto

- Conselho aprova convocação de Assembleia para deliberar sobre alterações no Estatuto Social da Abraceel, com destaque para a criação do conselheiro independente e candidatura ao conselho com, pelo menos, um ano de filiação da empresa à Abraceel;
- Conselho orientou a Diretoria Executiva a realizar força-tarefa com os associados e buscar consultoria para simular os impactos das propostas do GT Metodologia, em especial sobre os diferentes parâmetros do CVaR;
- Migratio é a nova associada da Abraceel;
- Diretoria Executiva pede engajamento das associadas na campanha de mídia da Abraceel “Quero Energia Barata”.

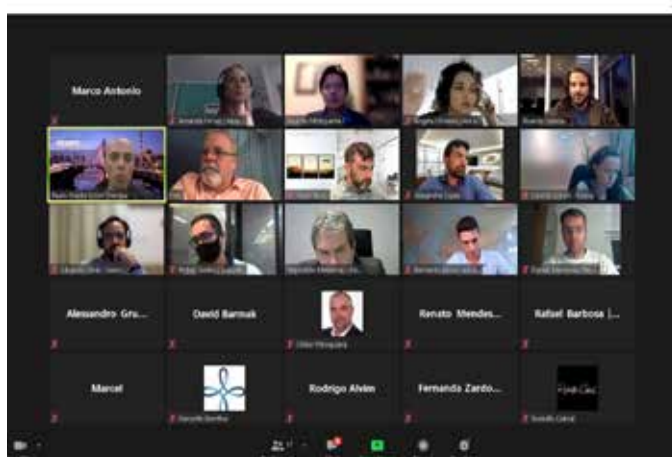


Tempo de leitura:
4 minutos

O Conselho da Abraceel se reuniu, no dia 10.06, para discutir assuntos de interesse das associadas. Compareceram todos os membros do Conselho de Administração e da Diretoria Executiva. A pauta discutida foi a seguinte:

Acompanhamento orçamentário

Alexandre Lopes apresentou o acompanhamento orçamentário do mês de abril, que foi aprovado sem ressalvas pelo Conselho.



Atividades da CPAMP/CP 109 MME

Frederico Rodrigues apresentou os aprimoramentos nos modelos propostos pelo GT sobre a metodologia CPAMP. Informou que foi aberta a Consulta Pública MME 109/21, com objetivo de discutir o tema, que percorre os seguintes assuntos:

- Avaliação da Parametrização o CVaR;
- Elevação do Armazenamento;

- (iii) Consideração do Volume Mínimo Operativo no Modelo DECOMP;
- (iv) Representação da Produtibilidade Hidroelétrica e Perdas Hidráulicas no Planejamento da Operação Energética de Curto Prazo;
- (v) Representação Hidrológica; e
- (vi) Taxa de Desconto.

Relatou que no dia 09.06, foi realizado workshop do GT Metodologia da CPAMP, coordenado pela CCEE, para apresentar ao mercado o acompanhamento do ciclo de atividades 2019/2020/2021, bem como as propostas de aprimoramento nos modelos para 2022. Mais detalhes podem ser conferidos na matéria “Maior armazenamento e preço mais caro: CPAMP propõe aprimoramentos nos modelos para 2022”.

O Conselho orientou a Diretoria Executiva a organizar força-tarefa com os associados e buscar consultoria para simular os impactos das mudanças propostas pelo GT Metodologia, em especial os diferentes parâmetros do CVaR.

O prazo para contribuição à Consulta Pública vai até o dia 02.07. Na Segunda-feira, 14.06, o Grupo Técnico realiza call para subsidiar a Abraceel na análise e realização de simulações sobre a proposta do GT Metodologia da CPAMP, às 16h. Será reunião prévia ao call do GT do 17.06, quando o Grupo Técnico realizará call com o objetivo de discutir a CP MME 109/21. As informações sobre o call foram enviadas por e-mail ao Grupo Técnico.

Acompanhamento de metas

Bernardo Sicsú apresentou o acompanhamento de metas e enfatizou que todas as estabelecidas no planejamento estratégico da Abraceel já foram iniciadas e estão avançando. Sobre a principal meta, expansão do mercado livre, destacou os principais avanços: proposta do leilão de reserva de capacidade, atuação forte contra medidas não isonômicas na MP da Eletrobras e reuniões com Secretarias da Presidência da República e Ministério da Economia. Citou também a proposta Abraceel de fortalecimento do varejista e desmodelagem do consumidor inadimplente, que foi bem recebida pela Aneel e CCEE. Como próximos passos, citou a reunião agendada com o ministro de Minas e Energia para o dia 23.06.

Na bandeira formação de preços, destacou a contratação da PSR para elaboração do estudo, reunião da CPAMP e abertura de CP para aprimoramento dos modelos - CVaR, VminOp, elevação de armazenamento, tendência hidrológica, produtividade e taxa de desconto.

Na bandeira de segurança de mercado, o destaque é a contratação da Volt Robotics para elaboração da proposta Abraceel sobre monitoramento de alavancagem, que será discutida em reunião do GT, no dia 15.06.

Por fim, na bandeira de desenvolvimento de outros mercados, reforçou a realização do



e-book BBCE/Abraceel sobre contabilização e tributação de derivativos de energia, lembrou a publicação do decreto da nova lei do gás e avanços na abertura dos mercados de gás natural no Rio Grande do Sul e Bahia.

Pedido de adesão

Amanda Feraz apresentou o pedido de adesão da empresa Migratio, que foi aprovado pelos conselheiros. Com a aprovação, a Abraceel passa a ter 104 empresas em seu quadro associativo.

Proposta de alteração do Estatuto Social

Considerando as sugestões que precederam a eleição do Conselho deste ano, foi aberto prazo para as associadas proporem alterações no Estatuto Social da Abraceel.

A Diretoria Executiva apresentou as sugestões de alteração enviadas pelas associadas, que serão encaminhadas para deliberação da Assembleia em convocação extraordinária prevista para outubro:

- Criação do Conselheiro independente;

Os oito conselheiros eleitos escolhem o independente;

Conselho define remuneração do Conselheiro Independente, como faz com os demais diretores da Abraceel;

O Mandato do Conselheiro Independente terá uma defasagem de três meses em relação aos demais conselheiros, por sugestão do Conselho, para que haja tempo hábil do conselho eleito deliberar sobre o conselheiro independente.

- Candidatura ao Conselho com pelo menos um ano de filiação da empresa à Abraceel.

O Conselho orientou que as propostas de mudanças no Estatuto Social sejam deliberadas em Assembleia Geral Extraordinária na mesma data do planejamento estratégico da Abraceel, previsto para o dia 21.10.

Campanha de mídia “Quero Energia Barata”

Ângela Oliveira, diretora de relações institucionais, abordou a campanha de mídia “Quero Energia Barata”. O objetivo do plano de mídia, em 2021, é tornar pública a campanha “Quero Energia Barata”, para informar e conscientizar a população das vantagens da portabilidade da conta de luz, por meio da demonstração que o consumidor não está satisfeito por não ter acesso ao mercado livre, consolidando o tema na agenda política brasileira. Para isso contamos com o site (www.queroenergiabarata.com.br).

A Diretoria Executiva reforçou a importância do apoio das associadas para o sucesso da campanha. Em suma, a sugestão é que as empresas associadas contribuam com a campanha nos seguintes pontos:

- Marca: colocar a marca da campanha nas assinaturas de e-mail;
- Divulgação: site e posts, direcionando o público para a página da campanha;
- Apoio: divulgação da logomarca na página do site www.queroenergiabarata.com.br; e
- Mídia: releases, eventos, podcasts e demais iniciativas com espaço para a campanha.

Assuntos Gerais

Reginaldo Medeiros informou que o termo de posse do Vice-Presidente de Estratégia e Comunicação, Alexandre Lopes, vai até julho de 2021 e sugeriu a recondução de Alexandre para o cargo para os próximos dois anos. O Conselho aprovou a recondução por unanimidade.

Finalizando a reunião, reportou a reunião que tivera com o senador Marcos Rogério (DEM-RO), relator da MP 1031 no Senado, cujos detalhes estão no box: O mercado livre, assim como o brasileiro, não desiste nunca.

A apresentação realizada está disponível na área restrita do site da Abraceel, seção “Apresentações exclusivas”.

MP da Eletrobras é tema da Sexta Livre com Rodrigo Limp

Matéria em 1 minuto

- Apesar das discussões, Limp acredita na deliberação da MP da Eletrobras dentro do prazo;
- Entende que as resistências estão focadas nos dispositivos inseridos pela Câmara e não na desestatização em si.



Tempo de leitura:
2 minutos

Rodrigo Limp, que assumiu a presidência da Eletrobras em maio, foi o nosso convidado da Sexta Livre do dia 11.06, que debateu a Medida Provisória 1031 (capitalização da Eletrobras). O encontro foi promovido com exclusividade para nossas empresas associadas.



Limp vê algumas ponderações dos senadores quanto à votação da MP 1031 na Casa e, ao mesmo tempo, um otimismo por parte do relator, senador Marcos Rogério (DEM-RO) para deliberar a matéria. Na sua perspectiva, os pontos de maior divergência não estão intrinsecamente atrelados à privatização, mas aos dispositivos inseridos na Câmara dos Deputados. Reginaldo Medeiros fez um apelo sobre a

possibilidade de discutir a abertura do mercado na medida provisória, mas Limp acredita que o relator pode ver o dispositivo como algo que levará mais polêmicas para o texto.

Questionado sobre o PL 414/2021, que cria a portabilidade da conta de luz, Limp mencionou a live realizada pelo IDP no dia anterior, quando o senador Marcos Rogério sinalizou a votação do projeto nos próximos dias pela Câmara. Não vê resistências na votação do projeto na Casa após finalizada a votação da MP da Eletrobras.

Finalizando o encontro, disse que a Abraceel tem um papel fundamental como formadora de opinião no setor elétrico brasileiro, e até maior que a própria Associação imagina.

“MP da Eletrobras viola princípios de mercado”, diz Abraceel em reunião com Ministério da Economia

Matéria em 1 minuto

- Secretário Diogo Mac Cord, do Ministério da Economia, discorda da forma que as associações fizeram as análises dos impactos das medidas, pois, em sua visão, não foi considerado o balanço global das perdas e ganhos da MP para o consumidor;
- Estimou em 60 bilhões o valor do bônus que será partilhado entre os consumidores e o Tesouro e disse ser favorável à distribuição isonômica do bônus a ser alocado aos consumidores do ACR e ACL, embora o Ministério não tenha feito esforço nesse sentido.



Tempo de leitura:
2 minutos

Reginaldo Medeiros participou de reunião com Diogo Mac Cord de Faria, Secretário de Desestatização do Ministério da Economia, Hailton Madureira de Almeida, Chefe da Assessoria Especial de Assuntos Econômicos do MME, Wagner Cardoso (CNI), Mário Menel, representando o Fase, Paulo Pedrosa (Abrace), Newton Duarte (Cogen), Guilherme Velho (Apine), Marco Aurélio Madureira (Abradee) e Élbica Gannoum (Abeeólica) – todos signatários de documento que contém análise dos impactos para o consumidor de medidas estranhas ao projeto original (jabutis) introduzidas pela Câmara dos Deputados da tramitação da MP 1031, referente ao processo de capitalização/privatização da Eletrobrás.

No encontro, o Secretário Diogo Mac Cord disse que discordava da forma que as associações fizeram as análises dos impactos das medidas, pois entende que não foi considerado o balanço global das perdas e ganhos da medida para o consumidor. Na sua concepção, na hipótese de não aprovação da MP pelo Congresso Nacional o consumidor deixaria de receber o aporte de recursos na CDE referente ao bônus de outorga de nova concessão, além de ficar privado de uma melhor alocação de risco, que resultaria da descotização. Estimou em R\$ 60 bilhões o valor do bônus que será partilhado entre os consumidores e o Tesouro. Falou que era favorável à distribuição isonômica do bônus a ser alocado aos consumidores do ACR e ACL, mas disse que essa não foi a decisão dos parlamentares.

O secretário reiterou que a hipótese suscitada pela CNI/associações de aprovação do texto original da MP 1031 não existia, objetivamente pela falta de concordância dos par-



lamentares em abrir mão da sua prerrogativa de mudar o texto. A reunião terminou sem qualquer avanço, tendo os representantes das associações argumentado pelos valores que apresentaram e o Governo defendido os seus números.

Reginaldo Medeiros argumentou que mais importante que a discussão dos valores envolvidos era o princípio violado com as modificações da Câmara. A definição dos projetos de geração a serem construídos no setor deixa de ser por mérito econômico e passa a prevalecer critérios políticos regionais ou interesses particulares.

Maiores armazenamento e preço mais caro: CPAMP propõe mudanças nos modelos para 2022

Matéria em 1 minuto

- CPAMP propõe quatro mudanças para o próximo ano: (i) CVaR (50,50); (ii) utilização do PAR(P)-A; (iii) VMinOp no Decomp; e (iv) alteração dos níveis de armazenamento;

- Os aprimoramentos vinculados à produtividade hidrelétrica, perdas hidráulicas e a taxa de desconto não serão implementados em 2022;

- A proposta recomendada pela CPAMP reduz encargos de GFOM e aumenta o nível de armazenamento no SIN, mas dobra o valor médio do CMO/PLD e da geração termelétrica;

- Nos dias 15.06 e 17.06, às 15h, o GT Abraceel se reunirá para discutir as propostas da CPAMP.



Tempo de leitura:
3 minutos

No dia 09.06, o GT Metodologia da CPAMP, coordenado pela CCEE, realizou Workshop com objetivo de apresentar ao mercado o acompanhamento do ciclo de atividades 2019/2020/2021, bem como as propostas de aprimoramento nos modelos para 2022, que estão em discussão na consulta pública 109/21 do MME.



Na ocasião, o GT Metodologia destacou que em setembro de 2020 o CMSE deliberou que a CPAMP avaliasse mecanismos visando a elevação estrutural dos níveis de armazenamento dos reservatórios das usinas hidrelétricas, sobretudo aos finais dos períodos secos, observando os impactos no GSF e na tarifa do consumidor. Além dis-

so, vale lembrar que em janeiro deste ano foi realizada Consulta Pública 103/21 do MME, com objetivo de colher subsídios sobre os seguintes temas: (i) volatilidade do CMO/PLD; (ii) representação hidrológica; e (iii) produtividade hidrelétrica. Em síntese, a maioria dos agentes sugeriu que não seja realizada a exclusão da ENA na Função de Custo Futuro do Newave, mas apoiaram a adoção do PAR(p)-A e da produtividade hidrelétrica. Dessa forma, no âmbito da CP 109/21 do MME, a CPAMP apresentou as seguin-

tes propostas para aprimoramento dos modelos computacionais em 2022:

1. Novos parâmetros CVaR (50,50);
2. Metodologia PAR(p)-A nos modelos Newave e GEVAZP – parcela representando a média dos últimos 12 meses na construção de cenários hidrológicos;
3. VMinOp no Decomp – restrições hard no 1º mês e soft no 2º mês; e
4. Alteração dos níveis de armazenamento mínimo de VMinOp.

Em relação à produtividade hidrelétrica e perdas hidráulicas no planejamento da operação energética de curto prazo e a taxa de desconto, a comissão recomendou apenas a continuidade dos estudos no próximo ciclo.

Na reunião, o GT Metodologia apresentou os resultados das simulações que incorporam aos modelos os aprimoramentos sugeridos para implementação em 2022. Foram desenvolvidos estudos retrospectivos encadeados com os modelos Newave e Decomp considerando os parâmetros do CVaR (50,25), (50,35), (50,50) e (25,50) e as novas metodologias recomendadas. Foram avaliados dois períodos: um de quatro anos, 2012 a 2015, e outro, mais recente, de janeiro de 2020 a fevereiro de 2021. Ambos consideram anos de hidrologia desfavorável, o que, na visão da Cpamp, auxilia na análise da resposta dos modelos aos cenários de estiagem.

As tabelas a seguir mostram os resultados obtidos, cabendo destacar que o caso “realizado” representa o que ocorreu na prática, o caso “vigente” representa a simulação com todas as configurações atuais, sem os aprimoramentos propostos e com os parâmetros (50,35) para o CVaR, e quatro casos com diferentes parâmetros de CVaR que incorporam as mudanças propostas. Quanto à diferenciação de cores, o entendimento é o seguinte:

Menor alinhamento com deliberação do CMSE



Maior alinhamento com deliberação do CMSE

Simulação período 2012-2015

Período 2012-2015	Realizado	Avaliação com os modelos					
		Vigente	(50,25)	(50,35)	(50,50)	(25,50)	
Δ de armazenamento no SIN [p.p.] em relação ao vigente	-11,0	Ref	-2,1	3,7	12,3	-21,9	
Custo da geração térmica [Bi R\$]	92,05	55,99	58,52	67,38	81,6	96,15	
CMO/PLD médio do período [R\$/MWh]	352,41	358,96	380,32	440,31	627,11	941,56	
Impacto nas distribuidoras	Δ Aumento Conta Bandeiras [Bi R\$] [%] ¹	-	0,52 0%	6,68 1%	18,24 2%	34,39 4%	
	GSF [%]	95,12%	96,42%	96,57%	95,28%	93,88%	91,89%
Impacto nas usinas do MRE	Impacto MRE [Bi R\$]	-48,91	-35,37	-40,41	-54,48	-75,31	-93,52
	Consumidores	Δ Redução do encargo GFOM [Bi R\$]	16,6	Ref	0,0	0,0	0,0

Simulação período 2020-2021

Período 2020-2021		Realizado	Avaliações com os modelos				
			Vigente	(50,25)	(50,35)	(50,50)	(25,50)
Δ de armazenamento no SIN [p.p.] em relação ao vigente		11,8	Ref	4,8	8,6	12,4	15,7
Custo da geração térmica [Bi R\$]		19,4	10,6	13,5	16,7	21,6	24,2
CMO/PLD médio do período [R\$/MWh]		182,5	189,1	292,7	354,9	516,2	792,0
Impacto nas distribuidoras	Δ Redução do encargo GFOM [Bi R\$]	0,10	Ref	-0,50	-3,57	-3,57	-3,57
	Δ Aumento Conta Bandeiras ¹ [Bi R\$]	7,46	Ref	5,64	9,92	14,39	17,80
	Δ Redução do Deslocamento Hidráulico [Bi R\$]	0,09	Ref	-0,15	-0,46	-0,46	-0,46
	Total [Bi R\$] [%]²	7,65 4%	Ref	4,99 3%	5,88 3%	10,36 5%	13,76 7%
Impacto no consumidor do ACL	Δ Redução do encargo GFOM [Bi R\$]	0,05	Ref	-0,23	-1,66	-1,66	-1,66
	Δ Redução do Deslocamento Hidráulico [Bi R\$]	0,04	Ref	-0,07	-0,21	-0,21	-0,21
	Total [Bi R\$]	0,09	Ref	-0,30	-1,87	-1,87	-1,87
Impacto nas usinas do MRE	GSF [%]	79,59%	88,18%	86,33%	84,98%	83,68%	82,50%
	Impacto do pagamento no MCP do ACL [Bi R\$]	-11,70	-7,27	-11,30	-14,56	-18,39	-20,84

Dessa forma, em relação à simulação do período mais recente, de janeiro de 2020 a fevereiro de 2021, pode-se observar que a proposta da CPAMP do CVaR (50,50), comparado com as regras vigentes, reduz encargos de GFOM e eleva o nível de armazenamento no SIN, como recomendado pelo CMSE, mas aumenta consideravelmente o CMO/PLD e o custo da geração termelétrica.

Para discutir os aprimoramentos propostos pela CPAMP no âmbito da CP 109/21 do MME, o Grupo Técnico da Abraceel se reunirá nos dias 14.07 e 17.06, às 15h. As discussões subsidiarão a contribuição da Abraceel a ser enviada à CP. Os dados de acesso à reunião foram enviados por e-mail. A apresentação realizada no workshop está disponível no site da associação, seção “Biblioteca>Apresentações”

MME acata proposta da Abraceel sobre leilão de capacidade, mas traz inflexibilidade de brinde

Matéria em 1 minuto

- Abraceel apresentou as diretrizes do Decreto 10.707/21, que regulamenta a contratação de reserva de capacidade na forma de potência, e as propostas colocadas em discussão pública pela Portaria MME 518/21;

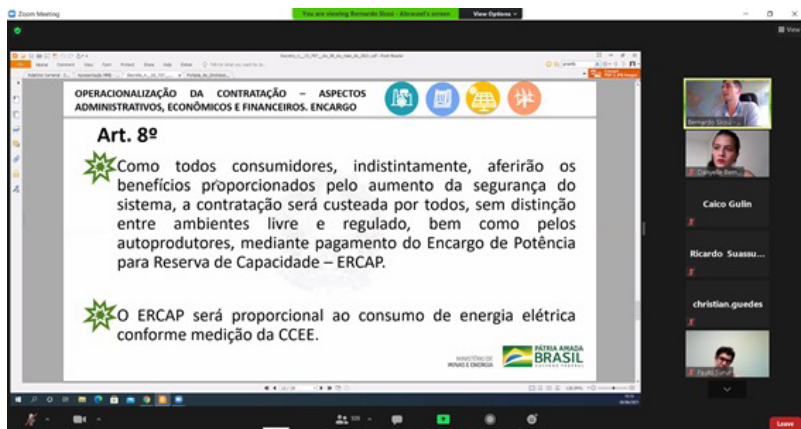
-O desenho do Leilão de Reserva de Capacidade, para contratação da potência requerida pelo SIN, está em linha com a proposta de transição apresentada pela Abraceel em 2019;

-A pedido do MME, as associadas levantaram dúvidas em relação às diretrizes do leilão, em documento já enviado ao Ministério. Além disso, foi encaminhada ao GT a minuta de contribuição à CP do MME 108/21. Interessados podem enviar sugestões até o dia 14.06, às 12h, pelo email: gt@abraceel.com.br.



Tempo de leitura:
4 minutos

No dia 08.06, o Grupo Técnico da Abraceel se reuniu para discutir a consulta pública 108/21 do MME, que estabelece diretrizes para realização do leilão de reserva de capacidade em 2021. A reunião contou com participação de cerca de 110 associados.



Bernardo Sicsú, Diretor de Eletricidade e Gás da Abraceel, apresentou as diretrizes do Decreto 10.707/21, que regulamenta a contratação de reserva de capacidade na forma de potência, e as propostas colocadas em discussão pública pela Portaria MME 518/21, para realização do leilão de reserva de capacidade em 2021, conforme de-

talhamento realizado no Relatório Semanal, período de 31.05 a 02.06.

Bernardo destacou que o desenho do Leilão de Reserva de Capacidade de Potência está em linha com a proposta de transição apresentada pela Abraceel em 2019,

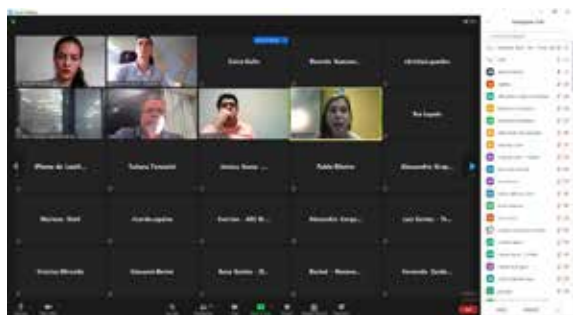
consubstanciada no estudo realizado pela Thymos “Mercado de Capacidade”, que reflete pontos fundamentais, como a possibilidade de participação dos agentes comercializadores, isonomia no pagamento da reserva de capacidade, critérios técnicos e objetivos para contratação dessa reserva e redução dos legados.

O MME propõe, no produto potência com inflexibilidade, que a 2ª fase preveja a venda da energia associada à potência ofertada, onde os contratos de suprimento possuiriam vigência de quinze anos. Pondera-se que o longo período de suprimento desse contrato é contrário justamente a um dos objetivos apresentados pelo MME para realização desse leilão, qual seja, não incrementar a contratação de longo prazo pelas distribuidoras, e assim diminuir a possibilidade de haver novos contratos legados. Na contribuição a ser enviada pela Abraceel deverá ser solicitado que não seja definido previamente um prazo de suprimento para os contratos de energia associada, o que poderá ser feito a cada licitação e com mais flexibilidade, uma vez que essa energia pode ser negociada livremente pelos ofertantes, conforme disposto no art. 6º, § 1º, do Decreto 10.707/21.

Ainda sobre o produto potência com inflexibilidade, os associados argumentaram a importância de que os lances retirados na 2ª fase sejam ocupados por outros ofertantes, evitando desequilíbrio do leilão e frustração na contratação de potência.

Além disso, é proposto pelo Ministério que o início de suprimento da potência ocorra em 1º de julho de 2026 e a energia associada seja apenas em janeiro de 2027. Os associados ponderaram que esse descasamento do início dos contratos pode gerar desincentivo aos ofertantes, sendo interessante que ambos os contratos iniciem na mesma data.

Sobre o rateio do encargo, os associados argumentaram que por se tratar de uma contratação de potência, o rateio deveria ser proporcional à demanda e não ao consumo, mas que dada a definição disposta na Lei 14.120, seria interessante uma métrica de consumo que se aproximasse da demanda, como, por exemplo, o maior consumo horário.



Por fim, a pedido do MME, os associados levantaram outras dúvidas em relação às diretrizes em consulta pública, que foram endereçadas ao MME, que deveria respondê-las no dia 10.06, em uma nova reunião com as associações setoriais, mas que foi cancelada. Em síntese, as dúvidas são as seguintes:

- Quanto à inclusão do produto energia associada à inflexibilidade no leilão de reserva de capacidade de potência, quando o Ministério espera interromper a contratação de novos legados pelas distribuidoras?
- O MME avalia a possibilidade de reduzir o prazo de suprimento resultante do produto potência + energia? Por que 15 anos de prazo de suprimento se há possibilidade de ne-

gociação da energia no ACL?

- Na oferta do produto potência com inflexibilidade, os lances retirados pelos empreendimentos não vencedores na 2a fase poderão ser ocupados por outros ofertantes? Em caso negativo, como será feita a contratação de potência na hipótese de frustração dos lances na 2a fase do produto potência + energia?
- Como a inflexibilidade pode ser comercializada no mercado livre, na oferta do produto potência com inflexibilidade, há possibilidade de postergar a declaração da inflexibilidade para uma data mais próxima do leilão?
- Como será realizado o despacho e como serão considerados na formação de preços os empreendimentos vencedores do leilão?
- O MME avalia a possibilidade de redução contratual de potência ou energia no leilão de reserva de capacidade, em semelhança ao que ocorre com os contratos firmados nos leilões de energia existente?
- No produto com energia associada, como será realizada a declaração de demanda pelos consumidores livres e comercializadores?
- Quais serão os requisitos necessários para participação das comercializadoras no leilão? Será exigido o aporte de garantias de participação/contratual pelas comercializadoras e consumidores? Como será realizado?
- O MME avalia a possibilidade de ampliar as fontes que podem ofertar no leilão (como sistemas de armazenamento, resposta da demanda, renováveis, etc.)?
- Dado que é uma contratação de potência, o rateio do encargo respeitará esse princípio e será rateado de forma proporcional à demanda ou será rateado conforme a energia consumida?
- No produto potência com inflexibilidade, o descasamento do início e fim dos contratos de potência e energia pode gerar desincentivo aos ofertantes. Há possibilidade de os contratos possuírem a mesma vigência?
- Será realizada diferenciação entre submercados e/ou combustíveis na oferta dos produtos?
- Qual foi o critério de definição da inflexibilidade entre 10% e 30% das usinas termelétricas do produto potência com inflexibilidade?
- Como o MME enxerga a regulamentação dessa matéria diante da obrigação de contratação termelétrica via reserva de capacidade em discussão na MP da Eletrobras?



Foi encaminhada ao grupo técnico a minuta de contribuição da Abraceel à consulta pública do MME 108/21 e os interessados podem enviar sugestões até o dia 14.06, às 12h, para o e-mail: gt@abraceel.com.br. Assim que as dúvidas encaminhadas ao MME forem respondidas, os associados serão informados.



Mais uma vitória: Decreto da nova lei do gás avança rumo à abertura do mercado

Matéria em 1 minuto

-Também regulamenta o art. 33 da nova lei do gás, que trata dos mecanismos para redução da concentração na oferta de gás;

- Regulamenta o acesso às infraestruturas , para o qual o Decreto atribui à ANP a prerrogativa de instituir prazos e condições para a negociação do acesso, determinando também restrição a cláusulas de confidencialidade.



Tempo de leitura:
2 minutos

No dia 04.06, foi publicado o Decreto 10.712/2021, que regulamenta dispositivos importantes da Lei 14.134/2021, a nova lei do gás, e oferece mais um importante passo rumo à formação de um mercado de gás natural aberto, dinâmico e competitivo.

Destaque para a definição da comercialização como atividade concorrencial a ser autorizada nos termos da regulação da ANP e que abrange, também, a venda de gás natural acondicionado sob as formas gasosa, líquida ou sólida, transportado por modais alternativos ao dutoviários, inclusive aos usuários finais.

Com isso, o decreto distingue a comercialização do fornecimento de gás natural, esse classificado como a venda de gás canalizado a consumidores cativos, o que contribui para harmonizar as regulamentações e dirimir as distorções encontradas em alguns estados.

Além disso, o decreto prevê que a ANP poderá propor diretrizes de adesão voluntária pelos Estados, a serem realizados via “Pacto Nacional para o Desenvolvimento do Mercado de Gás Natural”, acordo que estipula a cooperação federativa para a efetivação das medidas necessárias para a harmonização das regulações estaduais e federais.

O decreto também regulamenta o art. 33 da nova lei, que trata dos mecanismos para redução da concentração na oferta de gás, e oferece atribuição para a ANP elaborar o diagnóstico e adotar as providências necessárias para a criação de estímulos para ampliação da concorrência no mercado.

Isso poderá ocorrer via cessão da capacidade de transporte, de forma simultânea à venda do gás, com oferta de contratos diários, mensais, trimestrais ou anuais, a critério da ANP, e inexistência de restrição para que o gás vendido e a respectiva capacidade pos-



sam ser livremente negociadas em mercado secundário.

Outro ponto importante diz respeito à regulamentação do acesso às infraestruturas essenciais (gasodutos de escoamento, UPGNs e terminais de regaseificação), para o qual o Decreto atribui à ANP a prerrogativa de instituir prazos e condições para a negociação do acesso, determinando também restrição a cláusulas de confidencialidade.

Com isso, e em linhas gerais, o Decreto avança em pleitos históricos defendidos pela Abraceel, como a maior clareza de que a comercialização de gás natural é atividade de competência federal, atribuindo maior autonomia à ANP na definição de questões centrais para o desenvolvimento do novo mercado, tais como os programas de estímulo à concorrência, conhecidos como “gas e capacity release”, e o acesso às infraestruturas essenciais.

A íntegra do Decreto da nova lei do gás está disponível em https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/decreto/d10712.htm

Abraceel permanece em busca de aprimoramentos no processo de migração

Matéria em 1 minuto

- Abraceel se reúne com SRM/SRD Aneel para apresentar pontos críticos no processo de migração;
- Aneel pondera que requisitos, etapas e prazos previstos em regulação devem ser cumpridos pelos agentes, sem exigências adicionais; e
- Abraceel solicita abertura de discussão pela Aneel, com objetivo de aprimorar o processo de migração ao ACL.



Tempo de leitura:
2 minutos

A Abraceel deu sequência aos trabalhos da meta que trata da simplificação do processo de migração ao ACL, estabelecida na principal bandeira do Planejamento Estratégico 2021-2024, sobre a expansão do mercado livre. Sendo assim, no dia 11.06, a Vice-Presidência de Energia da Abraceel se reuniu com as equipes das Superintendências de Regulação Econômica e Estudos do Mercado - SRM e de Regulação dos Serviços de Distribuição - SRD da Aneel para apresentar os principais pontos críticos, identificados junto aos associados, no atual regramento do processo de migração.

Na ocasião, a Abraceel apresentou o mapeamento dos pontos críticos do processo de migração ao ACL, feito junto às associadas, inclusive as com atividades de distribuição, e CCEE. Em síntese, como detalhado no Relatório Semanal, período 24 e 28 de maio, os principais aperfeiçoamentos decorrem sobre a necessidade de padronização do processo de migração junto às distribuidoras, o que inclui a etapa de adequação do SMF, simplificação e digitalização da abertura de conta no Bradesco e redução do prazo de denúncia dos contratos no ACR.

A Abraceel destacou também que é necessária fiscalização pela Aneel no que se refere ao cumprimento dos normativos vigentes, pois, hoje são verificadas exigências adicionais e o não cumprimento dos prazos previstos nos regulamentos vinculantes ao processo de migração.

Sobre isso, a Aneel ponderou que os casos de não cumprimento dos regramentos devem ser repassados à Agência para atuação fiscalizadora, afirmando que se está previsto em regulação, deve ser cumprido pelos agentes, sem exigências adicionais.

Bernardo Sicsú, Diretor de Eletricidade e Gás da Abraceel, argumentou que algumas diretrizes precisam estar mais claras nos normativos, de modo que o consumidor saiba quais são os requisitos, etapas e prazos necessários para sua migração. Dessa forma, Bernardo propôs o envio de casos concretos à Aneel, com objetivo de obter resposta da Agência e deixar claro ao mercado quais são exigências fora do estabelecido nas regras. A Aneel concordou com a ideia.

Finalizando a reunião, a Abraceel apresentou a proposta de redução do cronograma de migração de 6 meses para 6 semanas, vide imagem a seguir, com a ponderação de que se tenha aprimoramentos e se assegure o bom funcionamento dos mecanismos de gestão contratual das distribuidoras.

Ação	Responsabilidade	Mês 1				Mês 2				Mês 3				Mês 4				Mês 5				Mês 6																			
		1	2	3	4	1	2	3	4	1	2	3	4	1	2	3	4	1	2	3	4	1	2	3	4																
Denúncia de Contrato	Consumidor	■																																							
Carta Resposta	Distribuidora			■																																					
Solicitação de parecer de localização	Distribuidora				■																																				
Emissão do parecer de localização	CCEE					■																																			
Adequação do SAE (projeto/execução)	Distribuidora						■																																		
Comunicação com a CCEE	Distribuidora							■																																	
Cadastro do ponto do SCDE	Distribuidora								■																																
Aprovação do cadastro do ponto	CCEE									■																															
Declaração de histórico de consumo	Distribuidora										■																														
Solicitação da modelagem de ativos	Consumidor											■																													
Validação da modelagem de ativos	Distribuidora													■																											

Como próximo passo para simplificação do processo de migração ao ACL, a Abraceel enviará carta à Aneel apresentando formalmente os pontos críticos discutidos na reunião e solicitando abertura de discussão pela Agência. Além disso, será agendada nova reunião com a CCEE para debater o tema.

Errar é humano. Permanecer no erro é cultura do setor elétrico

Matéria em 1 minuto

- Consultor Luiz Barata aponta que as principais questões envolvendo os modelos de formação de preço são: (a) a resistência e a demora do Cepel em promover mudanças; (b) a qualidade dos dados de entrada, principalmente sobre afluências; (c) a concepção dos modelos, que retarda o acionamento de térmicas; (d) adoção de soluções heterodoxas;

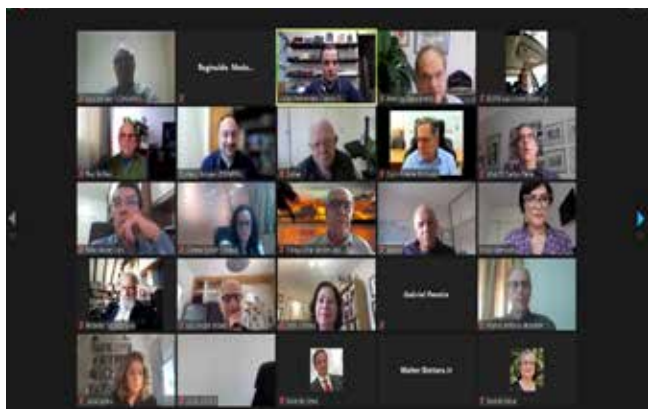
- Barata sugere o aprimoramento dos modelos, em particular a melhoria dos dados de entrada, e um P&D estratégico para avaliar os prós e contras das duas alternativas principais: despacho por oferta de preços e despacho por modelo;

- Deinfra/Fiesp elaborará documento para submeter ao presidente da Fiesp visando definir as ações que a Federação tomará sobre o encontro.



Tempo de leitura:
2 minutos

Reginaldo Medeiros participou da 5ª Reunião Ordinária da Diretoria de Energia da Fiesp, ocorrida no dia 09.06, quarta-feira, por vídeo conferência, cujo tema principal foi "despacho e formação de preços de energia: problemas do modelo atual e alternativas", debatido com base na palestra inicial do consultor Luiz Eduardo Barata, ex-presidente do Conselho da CCEE e Diretor-Geral do ONS.



Barata fez uma introdução sobre os principais marcos da formação de preços no Brasil, iniciando com os programas de despacho do antigo GCOI – Grupo Coordenador das Operações Interligadas, administrado pela Eletrobras e com atribuições semelhantes ao ONS. Disse que já na época da mudança do modelo comercial no Projeto RE-SEB – estudo que definiu a criação do ONS, da CCEE, a organização

interna da Aneel e o mercado de energia do Brasil – os modelos de formação de preços existentes não estavam adequados à realidade do novo mercado. No final do racionamento, em 2001, o setor voltou a debater o tema, mas com os novos governos a partir de 2003,

as discussões sobre formação de preço pararam e o despacho por modelo computacional se impôs.

No seu entender, as principais questões envolvendo os modelos de formação de preço são: (a) a resistência e a demora do Cepel em promover mudanças; (b) a qualidade dos dados de entrada, principalmente sobre afluências; (c) a concepção dos modelos, que retarda o acionamento de térmicas; (d) adoção de soluções heterodoxas, como o incremento de mais 6 GW de térmicas, por exemplo.

Para corrigir de forma estrutural, Barata sugere o aprimoramento dos modelos, em particular na melhoria dos dados de entrada, e um P&D estratégico para avaliar os prós e contras das duas alternativas principais: despacho por oferta de preços e despacho por modelo.

Questionado por Reginaldo sobre os temas que compõem a Consulta Pública 109 do MME serem suficientes para melhorar o despacho e a formação de preços, Barata disse que ainda não havia analisado o documento, mas pela abrangência dos temas abordados na CP provavelmente a resposta é positiva, desde que haja condições de implantá-las, visto que sempre há muitas resistências nas mudanças necessárias para a melhoria da formação de preços, por afetar interesses de curto prazo dos agentes. Sobre como poderiam ser reduzidos os erros, tanto no ONS quanto na CCEE, no processo de formação de preços, Barata disse que o principal problema é a dificuldade em se reconhecer erros devido à cultura das duas organizações, que já dirigiu.

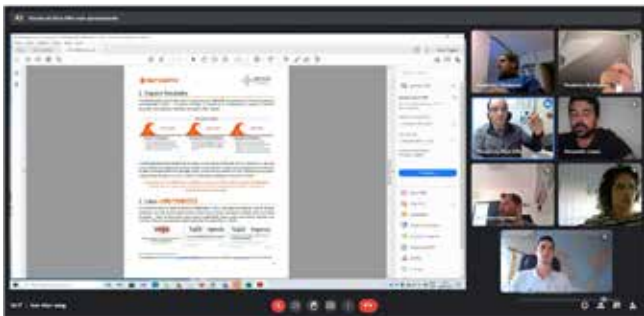
Os diversos conselheiros apresentaram as suas considerações sobre o tema e o Deinfra/Fiesp elaborará documento para submeter ao presidente da Fiesp visando definir as ações que a Federação tomará sobre o encontro.



CURTAS

Proposta Volt: Índice Abraceel entre Operação e Preço

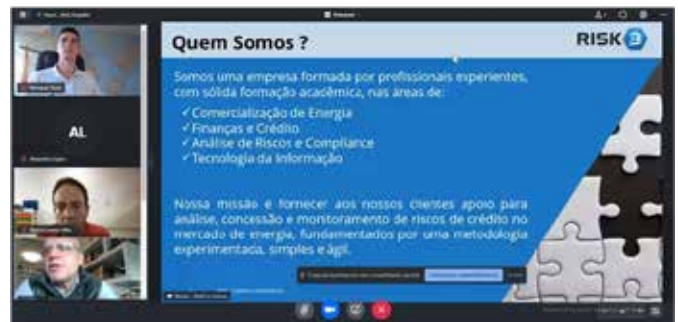
Também no dia 09.06, a Abraceel se reuniu com a Volt Robotics, representada por Donato Filho e Ewerton Guarnier, para apresentação da proposta do “Índice Abraceel de Acoplamento entre Operação e Formação de Preços”. O objetivo do projeto é estabelecer indicadores de acompanhamento entre o despacho realizado e a realidade operativa, de forma a facilitar a identificação das causas raízes dos desvios e subsidiar a elaboração de propostas assertivas para melhoria do processo de formação de preço. A Volt Robotics irá elaborar uma primeira proposta de indicadores para discussão com as associadas da Abraceel.



RISK3: especialistas em gestão de risco

No dia 09.06, a Abraceel se reuniu com a RISK3, representada pelos sócios Paulo Mayon e Marcos Leone, para uma apresentação institucional da empresa, especializada em análise de risco de crédito. A RISK3 relatou que alia tecnologia

e experiência para oferecer produtos qualitativos, quantitativos e de governança para atribuição e monitoramento de limites de crédito no mercado de energia elétrica. Informaram que o propósito da empresa é substituir os tradicionais processos de análise e concessão de crédito por uma rotina ágil e dinâmica, desenhada para a realidade de cada cliente e ao alcance de um clique. Para isso, utiliza alta tecnologia, com mais de duzentos web crawlers para captura de documentos e algoritmos de processamento de linguagem natural para extração de informações e análise e concessão de crédito. Para maiores informações, visite <https://risk3.com.br/> ou consulte a apresentação disponível na área restrita do associado.



Bahia Energia 21

No próximo dia 15, será realizada a primeira edição do evento Bahia Energia 21, visando debater as transformações na indústria da energia e as oportunidades para a economia do estado. A série de quatro webinários temáticos cobrirá diversas cadeias da indústria de energia. Os episódios com transmissão pela plataforma Zoom terão duração de 1h30min, onde líderes setoriais e renomados especialistas apresentarão suas visões e debaterão os vários aspectos dessa indústria, com o foco nas oportunidades de

negócios. Os eventos serão realizados sempre às terças feiras no período das 18h às 19h30. As inscrições estão disponíveis no link <https://bit.ly/StY2gu>



E-book BBCE/Abraceel – Contabilidade e Tributação de Derivativos de Energia

A Abraceel encaminhou ao Grupo Técnico a minuta do e-book BBCE/Abraceel sobre contabilidade e tributação de derivativos de energia. O documento foi elaborado pela M2M Saber e objetiva disseminar conhecimento e estimular o uso dos derivativos, conforme solicitado pelas associadas no planejamento estratégico 2021-2024 da Abraceel. Eventuais sugestões e alterações ao documento podem ser enviadas por meio do e-mail gt@abraceel.com.br até a próxima segunda-feira, dia 14.06.

Abraceel participa do programa de pós-graduação do CDTN

O vice-presidente Alexandre Lopes realizou, em 11.06, uma palestra para o programa de pós-graduação do Centro de Desenvolvimento da Tecnologia Nuclear

(CDTN). O encontro reuniu estudantes de mestrado e doutorado, professores e pesquisadores do CDTN. Durante a palestra foram debatidos aspectos do mercado livre de energia e os principais temas em discussão na reforma do setor elétrico. A apresentação realizada está disponível na área restrita do site da Abraceel, seção "Apresentações exclusivas".





PRÓXIMA SEMANA

14.06 – Segunda-feira: Grupo Técnico realiza call para subsidiar a Abraceel na análise e realização de simulações sobre a proposta do GT Metodologia da CPAMP para aprimoramento nos modelos, às 16h. Será reunião prévia ao call do GT do dia 17 de junho, às 15h.

15.06 – Terça-feira: Grupo Técnico se reúne, via Zoom, para discutir monitoramento da alavancagem, no âmbito do tema de segurança de mercado, às 15h;

16.06 – Quarta-feira: Vice-Presidência de Energia participa do Encontro do PLD, às 15h;

Diretoria se reúne com a PSR para discutir o estudo sobre formação de preço por modelo, às 16h30.

17.06 – Quinta-feira: Diretoria Executiva participa de reunião do Fase, às 10h;

Grupo Técnico realiza call para discutir a Consulta Pública MME 109/2021, que visa receber sugestões acerca da proposta do GT Metodologia da CPAMP para aprimoramento nos modelos, às 15h.

18.06 – Sexta-feira: Reginaldo Medeiros participa da 16ª Reunião do Conselho Consultivo da EPE (CONCEPE), às 10h;

Abraceel participa de Audiência Pública da Agenera sobre as condições para atuação do comercializador de gás natural, às 10h.

Sexta-livre com o consultor Luiz Eduardo Barata, ex-presidente do Conselho da CCEE e Diretor-Geral do ONS, para discutir com as associadas operação e formação de preço, às 10h.





CALENDÁRIO ABRACEEL

JULHO

15.07 | 17h - Reunião do Conselho

AGOSTO

05.08 | 17h - Reunião do Conselho

A Diretoria Executiva sempre encaminha por e-mail a pauta e os dados de acesso às reuniões. Eventuais alterações também são informadas com antecedência.